

Eustógio Wanderley Correia Dantas

Docente do Departamento e Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: ewcdantas@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9656-1328>

RESUMO

A tônica de constituição das metrópoles nordestinas e suas articulações com os demais municípios litorâneos metropolitanos se impõem no tratamento do fenômeno urbano na região, pautado em dois momentos, diferenciados e encadeados, de incorporação do mar à geografia das cidades: i) o movimento inicial de aproximação da sociedade local em relação ao mar, pautado em duas escalas diferenciadas, a da cidade e a da metrópole; ii) o movimento delineador da transformação das cidades litorâneas nordestinas em marítimas, leia-se turísticas, e a envolver escalas nacional e internacional. Tal processo é analisado no presente trabalho considerando o delineamento da vilegiatura, prática marítima moderna de maior densidade histórica e, consequentemente, representativa e determinante de processo de transformação intenso da paisagem urbana nos municípios litorâneos a comporem as regiões metropolitanas mais dinâmicas do Nordeste. Compreender a instituição das cidades litorâneas em foco, bem como do fato contemporâneo da metrópole, vis-à-vis valorização de suas zonas de praia, se efetiva a partir da adoção de abordagem analítica a contemplar o lazer como variável preponderante no entendimento do processo de urbanização. A incorporação do mar à geografia das cidades litorâneas do Nordeste transformou, lenta e gradualmente, suas zonas de praia. Na contemporaneidade, atinge nível de refinamento com construção de infraestrutura urbana derivada de investimentos públicos, que além da vilegiatura e da atividade turística justificam empreendimentos imobiliários nacionais e internacionais. Com o advento da sociedade dos lazers em constituição, as cidades litorâneas nordestinas se tornam marítimas, validadas pelo exercício recente das práticas turísticas e da vilegiatura marítima reinventadas. Projetam-se, portanto, em escala internacional, participando do pool de cidades a valorarem seu lado mar.

Palavras chaves: Litoral; Vilegiatura; Urbanização.

ABSTRACT

The tonic of constitution of the northeastern metropolises and their articulations with the other metropolitan coastal municipalities, imposes itself in the treatment of the urban phenomenon in the region, based on two moments, differentiated and linked, of incorporation of the sea to the geography of the cities: i) the initial movement to bring local society closer to the sea, based on two different scales, that of the city and that of the metropolis; ii) the movement outlining the transformation of northeastern coastal cities into maritime cities, read tourist, and involving national and international scales. This process is analyzed in the present work considering the design of the seaside, a modern maritime practice with greater historical density and, consequently, representative and determinant of the process of intense transformation of the urban landscape in the coastal municipalities that make up the most dynamic metropolitan regions of the Northeast. Understanding the institution of coastal cities in focus, as well as the contemporary fact of the metropolis, vis-à-vis the valorization of its beach areas, is effective from the adoption of an analytical approach to contemplate leisure as a preponderant variable in the understanding of the process of urbanization. The



incorporation of the sea into the geography of the coastal cities of the Northeast transformed, slowly and gradually, its beach areas. Nowadays, it reaches a level of refinement with the construction of urban infrastructure derived from public investments, which in addition to tourism and tourist activity justify national and international real estate developments. With the advent of the leisure society in formation, the northeastern coastal cities become maritime, validated by the recent exercise of reinvented tourist practices and maritime tourism. Therefore, they are projected on an international scale, participating in the pool of cities to value their seaside.

Keywords: Coast; Seaside; Urbanization.

RESUMEN:

La tónica de constitución de las metrópolis nordestinas y sus articulaciones con los demás municipios costeros metropolitanos se imponen en el tratamiento del fenómeno urbano de la región, a partir de dos momentos, diferenciados y vinculados, de incorporación del mar a la geografía de la región: i) el movimiento inicial para acercar la sociedad local al mar, a partir de dos escalas diferentes, la de la ciudad y la de la metrópoli; ii) el movimiento que perfila la transformación de las ciudades costeras del Nordeste en ciudades marítimas, léase turísticas, y que involucra escalas nacionales e internacionales. Este proceso se analiza en el presente trabajo considerando el diseño del veraneo, una práctica marítima moderna con mayor densidad histórica y, en consecuencia, representativa y determinante del proceso de intensa transformación del paisaje urbano en los municipios costeros que conforman las más dinámicas regiones metropolitanas del Nordeste. Entender la institución de las ciudades costeras en foco, así como el hecho contemporáneo de la metrópolis, vis-à-vis la valorización de sus áreas de playa, resulta efectivo desde la adopción de un enfoque analítico para contemplar el ocio como una variable preponderante en la comprensión del proceso de urbanización. La incorporación del mar a la geografía de las ciudades costeras del Nordeste transformó, lenta y gradualmente, sus zonas de playa. En la actualidad, alcanza un grado de refinamiento con la construcción de infraestructura urbana derivada de inversiones públicas, que además de la actividad turística y del veraneo justifican desarrollos inmobiliarios nacionales e internacionales. Con el advenimiento de la sociedad del ocio en constitución, las ciudades costeras del Nordeste se convierten en marítimas, validadas por el reciente ejercicio de prácticas turísticas y el veraneo marítimo reinventado. Por tanto, se proyectan a escala internacional, participando en el pool de ciudades para valorar su lado marítimo.

Palabras clave: Costa; Veraneo; Urbanización.

1 INTRODUÇÃO

No fechamento do século XX, abertura do século XXI, percebe-se lógica de inserção diferenciada das cidades mais dinâmicas do Nordeste do Brasil ao sistema mundo. De cidades pautadas em dinâmica clássica, a justificar o dar as costas ao mar, atualmente as cidades de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador se projetam plenamente às suas zonas costeiras, bem como dos municípios litorâneos que compõem suas regiões metropolitanas.

A paisagem urbana característica destas cidades se modificou completamente, à mercê de uma dinâmica de valorização de suas zonas de praia a representar, *grosso modo*, incorporação do lado mar às suas geografias (DANTAS, 2006a). O forte fenômeno de verticalização constante nos principais bairros litorâneos das metrópoles em foco, a construção de vias costeiras ligando-as às suas regiões metropolitanas, bem como a intensificação do processo de urbanização notado nos distritos litorâneos dos demais municípios metropolitanos, denotam um quadro a explorar.

A tónica de constituição destas metrópoles, e das articulações a encabeçarem com os demais municípios litorâneos metropolitanos, se impõe no tratamento do fenômeno urbano na região, que



será pautado em dois momentos (situações), diferenciados e encadeados, de incorporação do mar à geografia das cidades: i) o movimento inicial de aproximação da sociedade local em relação ao mar, pautado em duas escalas diferenciadas, a da cidade e a da metrópole; ii) o movimento delineador da transformação das cidades litorâneas nordestinas em marítimas, leia-se turísticas, e a envolver escalas nacional e internacional.

Tal processo será analisado no presente trabalho considerando o delineamento da vilegiatura, prática marítima moderna de maior densidade histórica e, conseqüentemente, representativa e determinante de processo de transformação intenso da paisagem urbana nos municípios litorâneos a comporem as regiões metropolitanas mais dinâmicas do Nordeste.

2 TUDO PRINCIPIA COM A VILEGIATURA

A aproximação inicial da sociedade local em relação ao mar se deu a partir de ruptura com modelo clássico de urbanização das cidades litorâneas do passado. Cidades a disporem de um eclipsamento relativo de seu lado mar e consoante instrumentalização intensa de suas faixas de praia (e região próxima), com o estabelecimento de fortes, entrepostos e portos abrindo-as ao mar, naquilo que Desse (1996) qualificou de “cidade comerciante” e em contraponto à cidade propriamente dita. Remetendo a Vidal de La Blache (1995), representaria padrão de ocupação centrado nos núcleos urbanos litorâneos que, com seus portos e fortes articulados às vias naturais (estuários fluviais, rios, etc.), “convidam o interior a se abrir”. Para o citado autor, a adoção de inovações tecnológicas, especificamente a navegação a vapor associada à estrada de ferro, pós-final do século XIX, reforçaram o papel destas cidades no ordenamento do espaço.

Depara-se, assim, com lógica definidora de cidades que, embora situadas no litoral e estabelecendo contatos com a Europa pelo porto, dispunham de um quadro urbanístico fortemente associado às suas hinterlândias. No caso do Brasil, Correa (1989) e Vasconcelos (1997) reforçam assertiva acima. O primeiro deles ao lidar com a constituição de rede dendrítica, adotada pelo colonizador europeu para viabilizar demanda do comércio ultramarinho e de defesa do território. Ressalta instauração de cidade primaz, situada próximo ao mar e a contar com forte e porto, ambos imprescindíveis no escoamento de mercadorias ao exterior, domínio do continente e defesa de ataques inimigos: índios e/ou corsários. O segundo ao ilustrar o caso do Nordeste, no trato da lógica de organização do espaço na capitania da Bahia. Dando ênfase à Salvador destaca, de um lado, o porto a funcionar como ponto de drenagem de mercadorias, dominando a Baía de Todos os Santos e assegurando assim o controle do recôncavo e, de outro, as fortificações assentadas em racionalidade próxima de uma acrópole e a dispor de sistema de defesa da baía e do porto.



A força da ação estratégica, complementada/reforçada por necessidade de atendimento de demandas de mercadorias nobres na Europa e balizada por conjunto de inovações tecnológicas, a garantir escoamento da produção pelo porto, não foi capaz de incutir na cidade uma forte aproximação em relação ao mar. As zonas de praia se instituíam como reino exclusivo das práticas marítimas tradicionais: a portuária, a marinha nacional (defesa) e a pesca, principalmente a artesanal. Metaforicamente se constituíam no que denominamos de cidades litorâneas-interioranas (DANTAS, 2000).

No Brasil, somente no final do século XIX, início do século XX, percebe-se o apontamento de movimento de ruptura da racionalidade acima apresentada e a suscitar os primeiros passos da sociedade local em relação às zonas de praia. Portanto, pretende-se constatar que a condição de cidades comerciais não somente permitiu a exportação de mercadorias nobres à Europa. Nos portos, atendendo às demandas das classes abastadas locais, o volume de bens materiais importados do citado continente era mais do que significativo e deixava espaço aberto à assimilação de novos hábitos e leituras em relação ao mar.

A assimilação mencionada, suscita o delineamento das práticas marítimas modernas no Brasil e em processo que as requalifica-ressignifica, gestando práticas que denominamos como vizinhas às do Ocidente (DANTAS, 2014). Compreende-se, portanto, caracterização diferenciada dos banhos de mar e das caminhadas nas praias no país. Se no concernente aos tratamentos terapêuticos no Ocidente, a qualidade química e a temperatura do mar são variáveis fundantes, nos Trópicos as águas mornas conduzem a redimensionamento do discurso médico, e consoante com a teoria do “bem respirar” de Lavoisier (CORBIN, 1988). Se as caminhadas na praia, do gênero do “Promenade des Anglais” (Calçada dos Ingleses em Nice/França), aconteciam durante o dia e aproveitando as temperaturas amenas do mediterrâneo, nas regiões próximas ao Equador, com ação dos raios solares perpendicular ao solo, acontecem em horários menos quentes, principalmente finais de tarde e em noites de lua cheia (DANTAS, 2004). A localização geográfica tornou inviável a simples transposição, na totalidade da zona costeira do país, das práticas marítimas modernas importadas do Ocidente. Tal dado é mais verdadeiro caso se considere as dimensões continentais do Brasil, especificamente sua extensão Norte-Sul, que implica na adoção de racionalidade dos banhos de mar em regiões temperadas, de águas mais frias, a se aproximar, sobremaneira, da empregada na Europa, conforme apresenta Ferreira (2011) no relativo à criação, nos idos de 1890, do balneário de Villa Sequeira no Rio Grande do Sul.

No processo de requalificação-ressignificação das práticas marítimas modernas, a elite local, composta em vivo processo de miscigenação (CLAVAL, 1995), exerce papel de destaque. Em processo de ocidentalização pelo qual passou o país, os mestiços a comporem a elite têm um papel central na filtragem estabelecida na região e vis-à-vis vivência experimentada em ambientes não



litorâneos: no sertão e na zona da mata, incluso a área do recôncavo. Nos referimos à existência de seres interioranos moldados, na aproximação em relação ao mar, lenta e gradualmente aos padrões, hábitos e valores do velho mundo. Aproxima-se, nestes termos, de instituição de processo civilizacional que converge, nos termos apresentados por Elias (1973), à dimensão do corpo, e se articula a fenômeno de invenção da praia pela elite local.

A citada elite se fez representante dos bons costumes e em contraponto àqueles que se nutriam das práticas marítimas tradicionais, denotando um embate entre autóctones (uma elite ocidentalizada e os habitantes tradicionais das praias).

3 NOS LIMITES DA CIDADE

O fenômeno supramencionado fica circunscrito aos limites das cidades-sede, percebendo-se claramente a imposição da escala da cidade nos conflitos estabelecidos nas zonas de praia. Mesmo não dispondo de proporções similares à europeia, com os balneários a pulularem nos espaços litorâneos (CORBIN, 1988), percebem-se transformações substanciais na tessitura urbana das cidades e que se faz notar, no caso do Nordeste, com a ocupação das zonas de praia de Fortaleza (Praia de Iracema, DANTAS, 2011), Natal (Praias da Rendingha e Areia Preta – SILVA, 2013), Recife (Praia de Boa Viagem – FREYRE, 1934; ASSIS, 2003) e Salvador (Praia do Rio Vermelho – VASCONCELOS, 1997; SOUSA, 2011; SILVA, 2011; WENDEL, 2011) pela vilegiatura marítima.

A vilegiatura adquiriu, assim, papel central no delineamento dos banhos de mar (terapêuticos e recreativos) e das caminhadas no Nordeste. De uma priorização de outras parcelas do território para seu exercício (sítios e chácaras no sertão, agreste e nas serras), a invenção das praias no Nordeste a ressignifica face à valorização que o mar adquire no imaginário social coletivo local. Daí a construção da maritimidade no Nordeste tomar um caminho diferenciado, não associado às estações balneárias, mas à necessidade de aquisição de uma segunda residência nas zonas de praia para o exercício dos banhos de mar e das caminhadas. A vilegiatura explicaria e justificaria, assim, a incorporação inicial das zonas de praia.

Os limites das cidades em foco são respeitados até a primeira metade do século XX. A exclusividade delas cai por terra a partir dos anos 1960-1970, com a instituição da cidade moderna, que se torna policêntrica e aponta à sua instituição como metrópole, em articulação com seus municípios vizinhos (especificamente das regiões metropolitanas, criadas por lei nos anos 1970).



4 INSTITUIÇÃO DA CIDADE COMO METRÓPOLE

No entendimento do processo de transformação da cidade em metrópole, a parcela litorânea desempenha papel estratégico, associado aos domínios da habitação e do lazer representativos de novos usuários: i) das classes mais abastada que estabelecem na praia suas primeiras residências (CLAVAL, 2004). Somam-se, portanto, aos vilegiaturistas e, com o tempo, os suplantam em número. A força do desejo de morar permanentemente de frente ao mar é a mola motriz de lógica de valorização do mercado de terras, com estabelecimento de intenso processo de verticalização, pós anos 1960-1970, em áreas litorâneas das cidades de Fortaleza (Praia do Meireles), Natal (Ponta Negra), Recife (Boa Viagem) e Salvador (Rio Vermelho). Os referidos bairros tendem a se constituir como lócus de habitação do citado segmento, inicialmente com a transformação de segundas residências em primeiras residências e, na sequência, com a construção de arranha-céus para estabelecimento de condomínios residenciais; ii) de empreendedores no ramo do lazer, que transferem as sedes de seus clubes às praias. Vis-à-vis a atração exercida pelo mar em relação à sociedade, passam a concentrar conjunto de atividades recreativas e de lazer, anteriormente condizentes com o centro tradicional. Os clubes sociais migram à praia, passando a oferecer infraestrutura balizadora das práticas marítimas modernas, tanto as já citadas anteriormente como as de caráter esportivo (natação) e náutico (Marinas); iii) de empreendedores do ramo hoteleiro, a também migrarem às praias urbanizadas das cidades em foco, que se especializam na recepção de fluxos representativos dos primeiros turistas a frequentarem a região. Resulta dos ensaios pioneiros dos governos locais em desenvolver a atividade turística na região (FERREIRA, 2013) e cujo desdobramento somente se efetivou plenamente na cidade de Salvador, instituída desde então como cidade turística; iv) de usuários diversos, das classes abastadas e da classe média principalmente, a elegerem as praias como lócus de sociabilidade. Nestes termos, usufruem dos calçadões a acompanharem paralelamente as praias, em padrão de urbanização diferenciado do característico das praças centrais: quadrangular. Neles o padrão linear, permite incorporação da totalidade da praia, podendo seus usuários neles caminhar (admirando a paisagem), se dedicar aos banhos de mar e de sol e usufruir de conjunto de serviços em restaurantes, bares, *fast-food*, lanchonetes, sorveterias, lojas de artesanatos e etc.

A zona costeira dos municípios próximos, aqueles a comporem as regiões metropolitanas, têm uma sorte diferenciada. Neles, com a construção de segundas residências, o lazer reina em absoluto e em concorrência com as práticas marítimas tradicionais, principalmente a pesca artesanal. A urbanização dos distritos litorâneos sítos nos municípios de Aquiraz (Ceará); Nísia Floresta (Rio Grande do Norte); Itaparica (Pernambuco) e Itamaracá (Bahia) resultam da citada demanda e



representam articulação estabelecida pela metrópole com o mar. Implica, sobretudo, na consolidação de um modelo gestado nas capitais e a encampar a escala regional.

Como fenômeno demandador de infraestrutura, suscita ampliação da tessitura urbana na franja litorânea (zonas de praia), a ponto de ser mencionado por Pereira (2012) como um dos vetores de constituição da região metropolitana no Nordeste. Indica-se, portanto, quadro diferente do apresentado por Moraes (2007), ao vincular lógica de crescimento urbano das cidades litorâneas, nos anos 1950, ao simples estabelecimento das indústrias vinculadas às zonas portuárias. No Nordeste o papel do terciário não pode ser negligenciado, especialmente o resultante da ação do poder público a implantar conjunto de instituições (SUDENE, DNOCS, BNB, Universidades Públicas, etc.) importantes na formação da classe média local.

O segmento supramencionado, demandador de segundas residências, reverte o caráter elitista da vilegiatura marítima. Para tanto conta com o Estado, que garante o financiamento do imóvel, fornecido pelo antigo Sistema Financeiro da Habitação do BNH, e assume ônus da urbanização da área, levando às praias sistema de vias secundário, elétrico e de telefonia.

Nessa perspectiva, antigos espaços de vilegiatura nas capitais são substituídos por espaços de moradia e de lazer, e o uso ocasional das zonas de praia das capitais começa a perder importância em relação ao uso permanente. Morar na praia se constitui em objeto de desejo e, reforçado pelo mercado imobiliário, redimensiona esses espaços e induz, concomitantemente, incorporação de antigas áreas ocupadas por populações tradicionais à racionalidade da vilegiatura marítima. Geram, portanto e a exemplo do ocorrido nas cidades-sede, conflitos em toda a extensão do litoral nordestino metropolitano.

5 A VILEGIATURA RESSIGNIFICADA

No final da segunda metade do século XX vislumbra-se transformação das cidades litorâneas nordestinas em marítimas, colocando em cena uma racionalidade de intervenção gestada pelos governantes regionais, em política circunscrita nos limites de seus estados e pautada nas potencialidades do substrato natural, zonas de praia.

O cerne deste novo desdobramento se situa na modificação do olhar do homem sobre o semiárido, rompendo com lógica determinista precedente. A natureza se apresenta, portanto, como premissa na construção do imaginário sociopolítico regional (CASTRO, 1997), dado a justificar sua utilização como recurso ideológico das elites políticas. As elites tradicionais (“oligarquia algodoeira-pecuarista”, no dizer de Oliveira, 1981) souberam utilizar o recurso citado com competência, cabendo às novas elites regionais, a ascenderem ao poder no final do século XX,



necessidade de elaboração de um discurso diferenciado e voltado à legitimação de nova política de desenvolvimento.

A construção de cidade litorânea-marítima (DANTAS, 2011b) se efetiva em passagem tênue do domínio civilizacional a um tratamento do econômico, esboçado em matriz política, e que balizou a reversão das imagens negativas do semiárido nordestino. Ela se materializa em um contexto político, do final dos anos 1980-início dos anos 1990, favorável à implementação de políticas públicas voltadas à constituição da citada parcela do território brasileiro em região turística (FERREIRA, 2013).

O tratamento dado por estas novas elites regionais culminou em fragmentação da região, com direcionamento econômico a privilegiar parcelas do espaço. Metaforicamente forjam-se dois Nordeste: o Nordeste Turístico e o do Agronegócio (DANTAS et al., 2006b), respectivamente responsáveis pela reinvenção do litoral e do sertão (suas zonas de várzea, tabuleiros e cerrado).

O Nordeste Turístico deriva de política de desenvolvimento voltada à conversão do litoral em zona turística. A partir de então a citada atividade se apresenta como poderoso instrumento de poder argumentativo colocado a serviço da região e, conseqüentemente, capaz de salvar sua economia. No discurso concebido pelos governantes e assessores de alto escalão, as altas temperaturas e a pouca incidência de chuvas (concentradas no tempo e no espaço) seriam um atributo positivo na atração de fluxos turísticos.

Tendo como modelo o ocorrido na Espanha, com o sucesso de um planejamento turístico de ordem econômica e política (POUTET, 1995), direciona-se, a partir de uma política de marketing, à construção de imagem turística das cidades litorâneas. Ela consistiu em instrumento de propaganda da elite política regional, voltado tanto ao desenvolvimento de uma consciência turística (das populações autóctones) como à elaboração de um símbolo do sucesso e viabilidade dos novos governos (ARAGÃO, 2006).

A política pública em foco se fundamenta em uma consciência turística a se refletir nos novos governos dos estados nordestinos. Ela se revela propaganda política e se transmuta em publicidade, para atender aos termos do desenvolvimento econômico e propalar a modernização tão almejada das zonas de praia. É nestes termos que, pautado na ideia da ação conjugada publicidade-propaganda de Domenach (1979), compreendemos como se dá a construção da imagem turística das cidades nordestinas, fundamentada em suas vantagens climáticas e voltada ao intento de inserção no sistema mundo. Em termos gerais, no bojo da produção desta imagem objetiva-se difundir a ideia da modernização do Nordeste e, por conseguinte, apagar a imagem trágica do imaginário social da seca, nada propício ao desenvolvimento do turismo.

Reflexo da importância que a atividade turística adquiriu nos últimos decênios, sem esquecer de remeter a outras atividades, não resta dúvida, parafraseando Brunel (2011), que a “região-ruína”



(o Nordeste) se transformou em “uma nova Califórnia”. Para a citada, “a geografia da região foi modificada. O Nordeste descobriu seu litoral e ele fascina o mundo”.

O êxito das políticas públicas é evidente, entretanto não significa dizer que o objetivado se consolidou como propalado. Embora a visão empreendida pelos governantes seja estratégica e inovadora, novas variáveis foram incorporadas por novos usuários e empreendedores.

No domínio dos fluxos internacionais, os governantes foram surpreendidos pela importância que o turismo nacional adquiriu na região. Ele hoje representa o forte do contingente envolvido e validam os investimentos realizados na região. Da busca pelo internacional se redescobre a pujança do nacional, tanto com fluxos provenientes de outras regiões e estados brasileiros, como os de caráter eminentemente regional (DANTAS, 2012).

No domínio da busca por empreendimentos clássicos, percebe-se crescimento do setor hoteleiro com implementação, na região e principalmente nas metrópoles, de cadeias de hotéis nacionais e internacionais, bem como número não negligenciável de resorts nas zonas de praia dos municípios litorâneos, com ênfase maior nas regiões metropolitanas e menor nos demais municípios da zona costeira. Esta proliferação de empreendimento foi importante no fortalecimento do receptivo na região. No entanto, outros usuários invisibilizados nos programas de desenvolvimento acabam se impondo. Neste caso, Boyer (2008) remete à massa crescente de vilegiaturistas, cujo intento se diferencia do turista e que justificou a retomada da prática da vilegiatura marítima em escala mundial e a viabilizar articulação de empreendedores imobiliários do país com investidores internacionais.

Da lógica clássica da vilegiatura, a envolver escala local, percebe-se, com a saturação dos espaços disponíveis à vilegiatura marítima nos países desenvolvidos, a descoberta das paragens do Nordeste por estrangeiros, com consequente apontamento a possibilidades de consolidação de novos negócios no domínio do imobiliário.

Silva (2010) dá ideia aproximada do volume de entrada de investimento estrangeiro relacionado ao imobiliário-turístico na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Tais investimentos se pautam, por força da lei, em parcerias entre investidores internacionais e empreendedores locais, que grosso modo dispõem da propriedade da terra.

A chegada de novos usuários, vilegiaturistas alóctones internacionais, não foi pensada pelos gestores públicos. O viés clássico da política turística os acabou cegando. Foram os empreendedores locais associados aos internacionais (principalmente portugueses, italianos e espanhóis), que vislumbraram a virtualidade econômica do fenômeno. Eles buscam, a partir desta associação, se inserir em fatia do mercado internacional ávido por espaços de vilegiatura.

São estes empreendedores que diversificam o cenário das opções econômicas nos estados nordestinos, notadamente no domínio imobiliário. Para tanto dispõem de alguns trunfos, o acesso à



terra com infraestrutura urbana e recursos financeiros necessários à implementação inicial de novos empreendimentos. No mais, são estes atores, a ocuparem a cena política, os responsáveis pela sensibilização dos governos nordestinos no concernente à participação nas feiras internacionais do setor.

A meta destes empreendedores era a da constituição, no país, de uma vilegiatura marítima internacional a ser alimentada, em tese, por fluxo de usuários de Portugal, Espanha e Itália. O boom do imobiliário internacional ecoa nos trópicos, associado a empreendimentos que lidam, concomitantemente, com a dinâmica turística e da vilegiatura. Tratam-se dos Complexos Turísticos Residenciais, cuja matriz contempla um núcleo hoteleiro circundado por conjunto de segundas residências, disponibilizadas aos vilegiaturistas internacionais.

O que na teoria é diferenciado (turismo e vilegiatura), na prática destes empreendedores se complementa. De um lado, ao se utilizarem das segundas residências, principalmente na alta estação, para aumentar o número de leitos disponíveis no complexo. De outro lado, ao se apresentar possibilidade de inclusão das segundas residências no pool hoteleiro, auferindo uma renda ao vilegiaturista. É este ponto de partida que conduz colegas espanhóis a direcionarem análise ao que intitulam de Turismo Residencial (ANDREU, 2005; ALEDO, 2008; NIEVES, 2008; DEMAJOROVIC et al., 2011; FERNÁNDEZ MUNOZ & TIMON, 2011; TORRES BERNIER, 2013).

Mais uma vez a elite local foi seduzida pelo modelo Ocidental, disponibilizando no Nordeste, e em parceria com seus pares internacionais, um novo produto e a replicar em seu conceito os campos de golfe.

No entanto, com a crise internacional, no início do século XXI, os intentos iniciais são revisitados. O consumidor almejado (vilegiaturista internacional), assim como o volume de investimentos, rareiam. Em contrapartida, após 2009, os empreendedores imobiliários alteram sua política de marketing, direcionando-a ao mercado nacional, e redimensionam, em tamanho, os projetos a lançar. Mais uma vez, e replicando o acontecido no turismo, a base responsável pela geração de fluxos a evitar uma crise no setor, à exemplo do ocorrido na Europa e Estados Unidos, foi a clientela local: nacional, regional, bem como segmentos das próprias cidades-sede.

É nos termos constantes acima que o quadro característico de ocupação dos espaços litorâneos no Nordeste é modificado. Inicialmente com a chegada de vilegiaturistas alóctones a usufruírem das praias nordestinas. Este segmento, proveniente do país e em menor número do estrangeiro, inova e diversifica dinâmica de ocupação dos espaços litorâneos. Inova ao ser demandador de infraestrutura, imprescindível no seu estabelecimento e não apresentada (reflexo de sua precariedade) nos primórdios da vilegiatura marítima. Diversifica por encampar em suas áreas de estabelecimento parcela de espaços mais amplos do que os atualmente valorados pela elite local e



classe média. Estabelecem-se tanto nas cidades-sede, privilegiadas pelos segmentos mais abastados como locus de moradia permanente, como nas praias dos demais municípios litorâneos. O que conta para este segmento é a ambiência marítima característica, também, das cidades-sede.

A diversificação de tal dinâmica faz com que tendência de esvaziamento das cidades-sede pela vilegiatura caia por terra. O exemplo maior seria o de Natal, que no censo de 2010 atinge, em números absolutos, contingente de segunda residência superior ao notado nos dois censos anteriores, suplantando assim Nísia Floresta. Adequa-se, neste sentido, ao comportamento presente, desde o censo de 1980, nas cidades de Salvador e Fortaleza. A única exceção à regra se dá em Pernambuco, dispondo Itamaracá de contingente superior a Recife.

O fenômeno ora em foco modifica a paisagem litorânea das cidades nordestinas, explicando tônica de modernização das metrópoles e regiões metropolitanas. De um ente não preso às suas fronteiras, a cidade que se fez metrópole empreende lógica de urbanização dispersa, cujas características marcantes são: i) a linearidade, ditada por dinâmica a acompanhar paralelamente a zona costeira, e com largura ínfima; ii) a fragmentação, representativa de uma urbanização não contínua e, conseqüentemente, focada em algumas parcelas do território metropolitano; iii) a sazonalidade, reflexo de uso derivado de práticas a usufruírem das zonas de praia em períodos específicos do ano: a turística na alta estação e a da vilegiatura em período mais longo de tempo e a se instituir como ocasional e não permanente (DANTAS, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a instituição das cidades litorâneas em foco, bem como do fato contemporâneo da metrópole, vis-à-vis valorização de suas zonas de praia, se efetiva a partir da adoção de abordagem analítica a contemplar o lazer como variável preponderante no entendimento do processo de urbanização.

Reforçando esta assertiva convém lembrar Corbin (2001) ao afirmar que no campo dos desejos, das expectativas e das frustrações reinantes na sociedade ocidental (leia-se Europa Ocidental e Estados Unidos), o lazer ocupa papel de destaque. Esta constatação o mobiliza na defesa da necessidade de realização de estudos históricos capazes de apreender invenção dos usos dos “tempos livres” (história dos lazers), tanto da maneira que eram “entendidos, representados, simbolizados, utilizados” como do discernimento do como foram “elaboradas as estratégias e conduzidas as lutas com vistas a medi-los, a controlá-los e dominá-los”.

No caso do Brasil, as práticas marítimas modernas não são incorporadas impunemente. Percebe-se tanto a filtragem realizada pelos lugares em relação às inovações (SANTOS, 1985) como a mutabilidade da cultura, reflexo do posicionamento dos indivíduos em relação às



influências externas (CLAVAL, 1995), dado a denotar papel estratégico da vilegiatura na instituição das regiões metropolitanas em formação.

A cidade litorânea de outrora perde força. A metrópole emergente passa a incorporar lenta e gradualmente as zonas de praia da região metropolitana à sua geografia e não podemos, conseqüentemente, compreender este fenômeno sem tratar da dinâmica contemporânea de valorização do litoral como espaço de lazer.

Os usuários, amantes de praia, são a variável força de estruturação de um mundo novo e pautado em múltiplas escalas. Dos que habitam a metrópole e, a partir dela, materializam seus desejos por uma segunda residência em outros municípios litorâneos (vilegiatura marítima autóctone). Daqueles em viagem, animados em conhecer as paragens marítimas do Ceará (turismo litorâneo). Dos confundidos com turistas, os vilegiaturistas, cujo anseio é o de fixar residência ocasional na praia e, inclusive, na metrópole (vilegiatura marítima alóctone). Para o penúltimo o estado investe em infraestrutura e políticas de atração. Para o último nada deste gênero foi pensado. Entretanto, convém ressaltar que eles também se beneficiaram da infraestrutura turística, sendo o aumento de seu contingente (provenientes de outros estados do Brasil e do estrangeiro) alicerce à emergência de empreendimentos imobiliários locais e internacionais.

A incorporação do mar à geografia das cidades litorâneas do Nordeste transformou, lenta e gradualmente, suas zonas de praia. Na contemporaneidade, atinge nível de refinamento com construção de infraestrutura urbana derivada de investimentos públicos, que além da vilegiatura e da atividade turística justificam empreendimentos imobiliários nacionais e internacionais (DANTAS, 2013).

Com o advento da sociedade dos lazers em constituição, as cidades litorâneas nordestinas se tornam marítimas, validadas pelo exercício recente das práticas turísticas e da vilegiatura marítima reinventadas. Projetam-se, portanto, em escala internacional, participando do pool de cidades a valorarem seu lado mar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: Castro, Iná Elias et al. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997(a), p. 197-246.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Silva, J. B.; Costa, M. C. L.; Dantas, E. W. C. (Orgs.), **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997 (b), p. 27-52.

ALEDO, A. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el Turismo Residencial. **Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura**. CLXXXIV, enero-febrero, p. 99-113, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.



- ANDREU, Hugo, G. Un acercamiento al concepto de Turismo Residencial. In: MAZÓN, T.; ALEDO, A. (Ed.). **Turismo Residencial y cambio social**. Alicante: Universidad de Alicante, 2005.
- ARAGAO, Raimundo F.; DANTAS, Eustógio W. C. Elaboração da imagem turística do Ceará. **Geosul**, v. 21, p. 45-62, 2006.
- ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 11, 12 e 13, 2003. p. 107-122.
- BARROS, N. C. C. **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam?** - uma apreciação geográfica. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- BOYER, M. **L'invention du tourisme**. Paris: Gallimard, 1996.
- BOYER, M. **Les villégiatures du XVIe au XXIe siècle**. Caen: Éd. Management et Société, 2008.
- BRUNEL, S. **Géographie amoureuse du monde**. Paris: Éditions Jean Claude Lattès, 2011.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, R. G., de; MEIRELES, A. J. A. Dinâmica ambiental como critério para o zoneamento do litoral leste de Fortaleza/CE. **Revista Mercator**, v. 14, p. 167-178, 2008.
- CASTRO, I. E. Imaginário político e território. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.), **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CAZES, G. Les littoraux en proie au tourisme. **Hérodote**, n. 93. Paris: La Découverte, 1999.
- CHARDON, J.-P. **L'avion dans les Antilles**. Bordeaux : CRET, 1987.
- CLAVAL, P. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.
- CLAVAL, P. Conclusion, in: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.
- CLAVAL, P.; SANGUIN, A.-L. (Orgs.). **Métropolisation et politique**. Paris: Éd. L'Harmattan, 1997.
- CLAVAL, P. **La fabrication du Brésil: une grande puissance en devenir**. Paris: Belin, 2004.
- COLÁS, J. L.; CABRERIZO, J.A. M. Vivienda secundaria y residencia múltiple en España: una aproximación sociodemográfica. **Scripta Nova**. Barcelona, vol. VIII, n. 178, diciembre de 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-178.htm>> Acesso em: 27 set. 2004.
- CORBIN, A. **Le territoire du vide**. Paris: Aubier, 1988.
- CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Editorial Teorema, 2001.
- CORMIER-SALEM, M.-C. Maritimité et littoralité tropicales. In: PERON, F. et RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1989.



DANTAS, E. W. C. **Fortaleza et le Ceará. Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive**: de la colonisation à mutation touristique contemporaine. Tese de Doutorado. Université de Paris IV – Sorbonne, Paris, 2000.

DANTAS, E. W. C. A construção da imagem turística de Fortaleza, **Revista Mercator**, n. 1, 2002.

DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos, **GEOUSP**, n. 15, São Paulo, 2004.

DANTAS, E. W. C. Cidades Litorâneas Marítimas Tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, J. B. da; LIMA, LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2006a p. 79-89.

DANTAS, E. W. C.; ARAGAO, R. F.; LIMA, E. L. V.; THERY, H. Nordeste Brasileiro Fragmentado. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, E. Z.; MEIRELES, A. J. A. (Orgs.). **Litoral e Sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006b, p. 23-44.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZA, A. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L. LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.) **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010a.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos Trópicos**: por uma geografia do litoral. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010b.

DANTAS, E. W. C. La Maritimité Chez les Indiens du Brésil. **Géographie et Cultures** (Paris), v. 78, p. 75-96, 2011a.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**, 2ª Ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011b.

DANTAS, E. W. C. Tropism, the tourism greatest myth. In: CRAVIDÃO, F.; FERNANDES, J. A. R.; VALENÇA, M. M. (Orgs.). **Regional and Urban Developments in Portuguese-Speaking Countries**. New York: Nova Publishers, 2012, v. 1, p. 311-326.

DANTAS, E. W. C. Metropolização Turística em Região Monocultora Industrializada. **Revista Mercator**, v. 12, n. 2 (n. especial). p. 65-84, 2013.

DANTAS, E. W. C. La maritimité sous les Tropiques: les contributions d'une étude réalisée à Fortaleza (Ceará). **Confins** (Paris), v. 20, p. 1-15, 2014.

DELUMEAU, J. **La Peur en Occident, XVIème - XVIIIème siècles**, Paris, Fayard, 1978.

DEMAJOROVIC, J. et al. Complejos turísticos residenciales. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 772-796, 2011.

DESSE, M. L'inégale maritimité des villes des départements d'outre-mer insulaires. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éd. L'Harmattan, 1996.

DESSE, M.; SAFFACHE, P. **Les littoraux antillais**. Guyane: IBIS ROUGE EDITIONS, 2005.

DOMENACH, J.-M. **La propagande politique**. Paris: PUF, 1979.

ELIAS, Norbert. **La civilisation des mœurs**. Paris: Calmann-Levy, 1973.



- EVANS, N. H. La dynamique du développement du tourisme à Puerto Vallarta. *In: Kadt, E. (Org.). Le tourisme, passeport pour le développement*. Paris: Éd. Économica, 1979.
- FERNÁNDEZ MUNOZ, Santiago; TIMON, D. A. B. El Desarrollo Turístico Inmobiliario de la España Mediterránea e Insular frente a sus Referentes Internacionales (Florida y Costa Azul). **Cuadernos de Turismo**, n. 27, p. 373-402, 2011.
- FERREIRA, F. N. A sociabilidade de banhos no Rio Grande do Sul: do texto à inscrição no espaço (Villa Sequeira, 1890). **Illuminuras** (Porto Alegre), v. 12, p. 82-98, 2011.
- FERREIRA, L. S. **Culturas de Ordenamento Territorial do Turismo nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Recife: s. n., 1934.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HIERNAUX, D. La promoción inmobiliaria y El turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova**. Barcelona: Univ. de Barcelona, 2005, v. IX, n. 194(05). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-05.htm>>. Acesso em: 10 set. 2007.
- JAUZE, J.-M.; SAFFACHE, P. **Approche des littoraux Réunionnais et Martiniquais**. Réunion: Université de la Réunion, 2007.
- KADT, E. (Org.). **Le tourisme, passeport pour le développement**. Paris: Éd. Économica, 1979.
- KALAORA, M. Variations Littorales. **Administration**, n. 230, p. 24-32, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**, vol. I. Paris Editions Anthropos, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. **De l'État - les contradictions de l'État moderne**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.
- LINHARES, P. **Cidade de água e sal**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- MEIRELES, A. J. A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais. **Confins**, v. 11, p. 1-23, 2011.
- MELLO, A. da S. & VOGEL, A. **Gente das areias**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2004.
- MIOSSEC, A. **Les littoraux: entre nature et aménagement**. Paris: Armand Colin, 2004.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MOURÃO, F. A. A. Do centro histórico ao ponto de encontro. **Cadernos de Geografia Urbana**, n. 16. São Paulo: 1976.
- NIEVES, Raquel Huete. Tendencias del Turismo Residencial: el caso del mediterráneo Español. **El Périplo Sustentable**, n. 14, p. 65-87, 2008.



- NIJMAN, J. **Miami**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PAULET, J.-P. **Les villes et la mer**. Paris: Elipses, 2007.
- PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2012.
- PEREIRA, A.Q. Urbanização e veraneio marítimo no Ceará. In: SILVA, J. B. et al. (Orgs). **Litoral e Sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 307-316.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, E. W. C.. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. **Sociedade & natureza**, v. 20, p. 1-12, 2008.
- PERON, F. De la Maritimité. In: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (Orgs.) **La maritimité: aujourd'hui**. Paris: Éditions Harmattan, 1996.
- POUTET, H. **Images touristiques de l'Espagne**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.
- RIBEIRO, L. C. Q. Cidade, Nação e Mercado. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo S. (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Comp. das Letras, 2001. p. 132-161.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, A. F. C. Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário-turístico. In: DANTAS, E. W. C.; et al. (Orgs.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. Estratégias do mercado e investimento privado imobiliário turísticos. In: DANTAS, E. W. C. et al. (Orgs.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010 p. 171-191.
- SILVA, J. B. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C. et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.
- SILVA, J. B. Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C.. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 35-55.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; CARVALHO, Silvana Sá. Vende-se uma região. **Revista Desenhia**. Salvador, v. 8 n. 14, março 2011. p. 99-114.
- SILVA, Kelson de Oliveira. A territorialização da residência secundária no litoral de Nísia Floresta (Rio Grande do Norte, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 6, p. 58-78, 2013.
- SOUSA, A. N. de. Orla oceânica de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2011.
- TORRES BERNIER, E. El Turismo Residencial y sus efectos en los Destinos Turísticos. **Estudios Turísticos**, p. 45-70, 2013.
- TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem**. São Paulo: Roca, 2001.
- URBAIN, Jean-Didier. **Sur la plage**. Paris: Éditions Payot, 1996.



VASCONCELOS, Pedro. Os Agentes modeladores das cidades brasileiras do período colonial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p. 247-278.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Principes de géographie humaine**. Paris: Éditions UTZ, 1995.

WENDEL, Henrique, Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e Região Metropolitana. **Revista Mercator**, v. 10, n. 21, 2011. p. 63-80.